



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Saúde

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 294

TERMO DE REFERÊNCIA: AQUISIÇÃO DE PROTETOR SOLAR E REPELENTE
GERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
IVISA-RIO/CTATS/GAF

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Processo: **SMS PRO2025-28239**

Órgão Requisitante: SUBPAV

Órgão Elaborador: S/IVISA-RIO/CTATS/GAF

1.1 OBJETO: Elaboração de Registro de Preços para aquisição de **PROTETOR SOLAR**, FATOR 30, SACHE 5ML e **REPELENTE DE MOSQUITO**, USO HUMANO - REPELENTE CONTRA MOSQUITO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM NO MINIMO 120G. GEL/LOÇÃO, obedecendo a LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 e DECRETO RIO Nº 51.078, 04 DE JULHO DE 2022.

1.2 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

| ITEM | CÓDIGO SMA | CÓDIGO BR | NOME PADRONIZADO | U/C | QUANTITATIVO ESTIMADA À LICITAR | PARTICIPAÇÃO |
|------|-------------|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|---------------------------------|----------------------------|
| 1 | 85100005550 | 412781 | PROTETOR SOLAR FATOR 30 SACHE 5 ML | CMP | 1.042.718 | AMPLA CONCORRÊNCIA |
| 2 | 85100005550 | 412781 | PROTETOR SOLAR FATOR 30 SACHE 5 ML | CMP | 115.857 | COTA RESERVADA PARA ME/EPP |
| 3 | 68400011173 | 435543 | REPELENTE DE MOSQUITO,USO HUMANO REPELENTE CONTRA MOSQUITO, CARBOMERO, TRIETANOLAMINA, PROPILENO GLICO, ETIL BUTIL- ACETYLAMINOPROPIONATO, DIAZOLIDINIL UREIA, AGUA. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM NO MINIMO 120G. GEL/LOCAO. | CMP | 47.397 | AMPLA CONCORRÊNCIA |
| 4 | 68400011173 | 435543 | REPELENTE DE MOSQUITO,USO HUMANO REPELENTE CONTRA MOSQUITO, CARBOMERO, TRIETANOLAMINA, PROPILENO GLICO, ETIL BUTIL- ACETYLAMINOPROPIONATO, DIAZOLIDINIL UREIA, AGUA. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM NO MINIMO 120G. GEL/LOCAO. | CMP | 5.266 | COTA RESERVADA PARA ME/EPP |

1.3- CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

Os itens a serem adquiridos estão enquadrados na classificação de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos em instrumento convocatório por meio de especificações usuais no mercado, conforme o art. 6º, XIII, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e o art. 2º, II, do Decreto Rio nº 51.078, de 04 de julho de 2022.

1.4 – ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

1.4.1 - Por se tratar de aquisição com entrega imediata e integral dos itens adquiridos, dos quais não resultando obrigações futuras, inclusive assistência técnica, será dispensável o contrato formal conforme previsto no art. 95 da Lei 14.133/2021, que será substituído pela Nota de Empenho e respectiva Autorização de Fornecimento.

1.4.2 - Por se tratar de bem de natureza divisível, será estabelecida a cota de até 10% (dez por cento) para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da resolução SMA nº 1.594/2010.

1.4.3 - Para os itens cujos valores não ultrapassarem R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o processo de contratação será destinado exclusivamente à participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme estabelecido no art. 48, I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

1.4.4 - A prestação de serviço não gera vínculo empregatício entre os trabalhadores da CONTRATADA com a Administração Pública CONTRATANTE, sendo vedada qualquer relação que caracterize pessoalidade e subordinação.

1.5 – PRAZO DO CONTRATO

A duração inicial da vigência da ata será de 12 (doze) meses, admitida à prorrogação na forma do artigo 105 da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

1.6 – MODALIDADE, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

Por definição legal, a aquisição de bens e serviços comuns forçosamente se executará na modalidade de licitação por pregão, cujo critério de julgamento, no caso específico, será o de menor preço tendo-se em vista a ausência de fixação pelo montante-base de preço global parametrizado para a oferta dos descontos, ou da inexistência de tabela de preços referenciais praticados no mercado, por meio do procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preços, de acordo com o art. 28, I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e o Decreto Rio nº 51.078, de 04 de julho de 2022.

2- FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1 - JUSTIFICATIVA:

Objetos a licitar: Aquisição de **PROTETOR SOLAR e REPELENTE DE MOSQUITO**, com entrega integral, sem obrigações futuras, para atender a demanda da Superintendência de Vigilância em Saúde da Subsecretaria de Atenção Primária da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, obedecendo a LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 e DECRETO RIO Nº 51.078, 04 DE JULHO DE 2022.

Trata-se de demanda de aquisição itens pertencentes ao grupo 101 – PCA 2026 – insumos destinados Coordenação de Vigilância em Saúde Ambiental da Subsecretaria de Atenção Primária do município do Rio de Janeiro.

Os itens abaixo que a SMS/RJ deseja adquirir são para atender os agentes de combates às endemias (ACEs) e constam no “Manual sobre medidas de proteção à saúde dos agentes de combate às endemias”- MS/2019, e será destinado as 10 Coordenações de Áreas de Saúde do município do Rio de Janeiro e a Coordenação de Vigilância em Saúde Ambiental da Superintendência de Vigilância em Saúde - SVS/CVSA.

| ITEM | CÓDIGO | DESCRIPTIVO DOS PRODUTOS |
|-------|----------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 e 2 | 8510.00.055-50 | PROTETOR SOLAR, FATOR 30, SACHE 5ML. PROTETOR CONTRA AÇÃO NOCIVA DOS RAIOS ULTRAVIOLETAS UV-A E UV-B EMITIDOS PELO SOL E PELAS RADIAÇÕES DE TRABALHOS COM BORDA ELÉTRICA. FATOR DE PROTEÇÃO SOLAR (FPS) NÍVEL 30. |
| 3 e 4 | 6840.00.111-73 | REPELENTE, MOSQUITO, USO HUMANO - REPELENTE CONTRA MOSQUITO, CARBOMERO, TRIETANOLAMINA, PROPILENO GLÍCO, ETIL BUTIL-ACETIL-AMINOPROPIONATO, DIAZOLIDINIL UREIA, ÁGUA. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 120G. GEL/LOÇÃO, |

Cabe ao ente público assegurar a todos, conforme estão expressamente descrito no art. 196 da Constituição Federal: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Protetor solar é um EPI essencial contra o risco físico da radiação UV, prevenindo queimaduras, câncer de pele e danos cumulativos durante exposição prolongada ao sol em atividades externas dos agentes de combates às endemias (ACEs), quando os mesmos

estiverem “em campo”, vulneráveis a exposição excessiva ao sol, realizando seus trabalhos. Espera-se dessa forma como medida individual, a proteção dos ACEs contra os raios UVA e UVB.

O Repelente também deverá ser usado como medida individual, a proteção dos Agentes de Combate às Endemias em suas atividades de campo de prevenção e controle do *Aedes aegypti* que os torna vulneráveis a exposição desses, e outros, mosquitos-vetores.

O abastecimento deverá ocorrer de forma programada e parcelada, tomando por base dados de consumo histórico e ainda números de indivíduos a serem atendidos, e serão acompanhados e monitorados de forma a manter os níveis de estoque contínuo e ininterrupto evitando estoques desnecessários e permitindo maior flexibilidade e economia na otimização dos recursos.

No presente processo serão observados os princípios da eficiência e da economicidade e deverá ser atentado todo o ciclo de vida do objeto, incluindo seus custos indiretos e fatores vinculados. A contratação em questão que será realizada através de dispositivo licitatório na modalidade sob a sistemática de Registro de Preços, empregando o critério de julgamento de “Menor Preço por item” e modo de disputa “Aberto e Fechado”.

Considerando ainda a possibilidade de limitação de espaço físico e a possibilidade de aquisição de quantitativos parcelados durante o período de vigência da Ata e a disponibilidade orçamentária a cada pedido de fornecimento, quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas, deverá a unidade requisitante ficar atenta ao “**ciclo de vida**” do objeto, que compõe todas as etapas da cadeia de produção até o descarte final do produto. A análise do ciclo de vida deve também considerar o impacto ambiental dos produtos em todos os seus estágios.

O abastecimento deverá ocorrer de forma programada e parcelada, tomando por base dados de consumo extraído do sistema próprio da SMS e acompanhados e monitorados de forma a manter os níveis de estoque contínuo e ininterrupto.

Certificamos ainda que os bens que a SMS-RJ visa adquirir no presente processo são comuns e facilmente encontrados no mercado com ampla concorrência.

A homologação e posterior aquisição dos itens do presente processo, guarda alinhamento ao planejamento da SMS/RJ que é responsável por executar a política municipal de saúde e, como gestora plena do Sistema Único de Saúde (SUS) na cidade, garantir o atendimento universal da população, conforme os preceitos do SUS. É a SMS que, diante do conhecimento das características e demandas próprias da população carioca, organiza as prioridades da saúde pública da cidade, dentro do que é previsto nas políticas públicas e serviços ofertados pelo SUS.

Pela política definida no SUS, aos municípios cabe à assistência da Atenção Primária e o atendimento de urgência e emergência. Dessa forma, a SMS cumpre seu papel na organização do sistema, ofertando serviços de saúde de qualidade a seus colaboradores e a população, evitando faltas de insumos que poderiam prejudicar o atendimento da população.

O planejamento desta contratação está previsto na Lei nº 7.234, de 12 de janeiro de 2022, que trata do Plano Plurianual da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para o quadriênio 2022/2025 e na Lei nº 8.797, de 13 de janeiro de 2025, que trata da Lei Orçamentária Anual desta Prefeitura para o exercício financeiro de 2025.

3- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

A contratação de produtos através do Sistema de Registro de Preço (SRP) e por preço unitário, se justifica e se mostra a solução mais vantajosa, pois estamos diante de demanda de atendimento da SMS/RJ por 12 meses (admitida à prorrogação na forma da legislação vigente), conforme vierem surgindo às necessidades e, concomitantemente, haja disponibilidade financeira e orçamentária para fazer frente às despesas. Ademais, a celebração de ata de registro de preços vai ao encontro dos princípios da eficiência na Administração Pública, de modo a garantir uma gestão mais racional e efetiva dos estoques, evitando grandes quantitativos e possíveis perdas.

A celeridade fica caracterizada pelo fato de não ser necessário orçamento prévio para a utilização do SRP. Assim, a Administração pode realizar a licitação e aguardar a liberação dos recursos para efetivar a contratação da empresa vencedora do certame. Esta vantagem toma maior relevância ao se considerar que, muitas vezes, o Poder Legislativo não aprova a Lei Orçamentária antes do final do exercício anterior. A economia é decorrente, principalmente, da realização de um único certame licitatório para diversas contratações.

Esclarecemos que a aquisição do item, não demanda exigências de assistência técnica ou demais providências de manutenção, bastando haver espaço controlado para seu acondicionamento, câmaras frias (quando necessário) para termolábeis, equipamentos específicos para o trabalho de almoxarife, e a presença de profissionais habilitados e com expertise para sua correta gestão.

Observados os princípios da eficiência e da economicidade e atentado para todo o ciclo de vida do objeto, incluindo seus custos indiretos e fatores vinculados, a contratação em questão será realizada através de dispositivo licitatório na modalidade sob a sistemática de Registro de Preços, empregando o critério de julgamento de “Menor Preço por item” e modo de disputa “Aberto e Fechado”.

São condições para alcançar os resultados esperados, a contratação de pessoa jurídica com qualificação técnica comprovada.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1 - A validade do produto ao ser entregue deverá, obrigatoriamente, ser de, no mínimo, 80% de sua validade plena, de acordo com seu registro válido expedido pela ANVISA/MS, como impresso nas embalagens originais do produto. A SMS/RJ se reserva ao direito de não receber produtos com validade inferior a esse percentual estipulado.

4.2 - Os rótulos deverão conter claramente as instruções de uso do produto e deverá manter-se inalterado ao contato com a água evitando dúvidas quanto aos dizeres e assegurando ao usuário as informações necessárias.

4.3 - A SMS/RJ se reserva ao direito de não receber os produtos entregues pelas empresas contratadas, caso não estejam em suas embalagens originais, apresentem sinais de violação ou que estejam em estado de conservação que suscitem dúvidas sobre a procedência dos mesmos, inclusive quanto às condições de transporte e o intervalo de temperatura para conservação dos itens no acondicionamento.

4.4 - A empresa contratada deverá adotar modalidade de remessa dos produtos que permita a conferência no ato da entrega antes do ateste final do recebimento, seguindo as Boas Práticas de Transporte. Além disso, deve disponibilizar no ato da entrega dos produtos, mão de obra em número suficiente, a fim de apoiar a retirada e conferência da carga.

4.5 - A capacidade de empilhamento das caixas deverá estar claramente indicada na parte exterior da embalagem, assim como quaisquer outros cuidados que devam ser tomados na hora do armazenamento do produto, como proteção contra calor e umidade. Na embalagem terciária também deverão estar impressas as seguintes informações: nome do produto, razão social, endereço e CNPJ do fabricante/fornecedor, marca, data de fabricação, nº do lote, validade do produto e quantidade acondicionada.

4.6 - No ato de cada entrega do lote, o fabricante/fornecedor deverá apresentar duas cópias da Ficha de Informações de Segurança de Produto Químico e de uma cópia do Boletim Técnico. Especificação Técnica 51-13-17, Revisão 14/08/2017.

4.7 - Deverá constar na nota fiscal o número do pedido, a nota de empenho e código (s) do (s) material (is) constante (s) na proposta detalhe. Caso não seja possível informar o (s) código (s) do (s) material (is) na nota fiscal, este deverá ser anexado à nota.

4.8 - As entregas dos produtos deverão ocorrer em até 30 dias corridos, no horário de 08:00 horas às 15:00 horas; devendo ser previamente agendada.

Os 30 dias corridos serão contados a partir da publicação da convocação, no D.O.RIO, ou de outro meio de comunicação, para a retirada da Nota de Empenho e respectiva Autorização de Fornecimento.

4.9 - Por se tratar de aquisição com entrega imediata e integral produtos adquiridos, dos quais não resultarão obrigações futuras, inclusive assistência técnica, será dispensável o contrato formal, que será substituído pela Nota de Empenho e respectiva Autorização de Fornecimento.

4.10 – A atestação do serviço deverá seguir as orientações do **MANUAL DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS**, publicado na Atualização da Resolução CGM nº 1.412, de 18 de julho de 2018, inclusive quanto o artigo 6º que determina no mínimo três servidores para atestação de despesas.

4.11 - Local de entrega:

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
| COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL e-mail: cvsa.smsriogmail.com tel: (21) 2589-4019 | RUA ROQUE BARBOSA, S/N – JARDIM BANGU – VILA OLÍMPICA – POLO CALÇADISTA. CEP: 21863-425 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|

4.12 - O fornecedor deverá cumprir com todas as obrigações constantes do Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto. Deverá também efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

4.13 - O fornecedor será o responsável pela atividade da correta entrega do material registrado na Ata de Registro de Preços, evento que se estende até o momento em que o material for posto no endereço indicado para a entrega, após devidamente descarregado, depois de acolhido pelo Almoxarifado recebedor, em condição de conferência, dentro do prazo estabelecido na Ata de Registro de Preços.

4.14 - O fornecedor se responsabilizará pelas providências administrativas e pelos pagamentos de frete, seguro, eventuais autorizações para trânsito do material, bem como, pelo cumprimento de toda legislação geral e específica de transporte para o item transportado.

4.15 - A empresa fornecedora deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.16 - Caso seja necessário, a SMS/RJ poderá solicitar, a qualquer momento, aos órgãos sanitários competentes análise fiscal dos produtos, para avaliação de qualidade em laboratório oficial das amostras estocadas na Secretaria. É de total responsabilidade do fornecedor a substituição imediata dos lotes que apresentem desvio de qualidade e comunicação aos órgãos sanitários.

4.17 – Independente da forma, local de acondicionamento (tipo de embalagem) e local de entrega do produto ofertado, não deverá haver tratamento diferenciado no processo licitatório (inciso III do artigo 82 da lei 14.133/2021), desde que atenda ao descritivo e exigências técnicas e sanitárias.

4.18 - O fornecimento do pedido de entrega do produto pela empresa, após homologação, deverá ser acompanhada de anexos, que são: Relação contendo a descrição/especificação completa de cada item, sua unidade de aquisição e código catálogo de materiais da SMA e a quantidade a ser fornecida para aquisição.

4.19 - A contratada somente fornecerá o item mediante empenho nas quantidades estabelecidas pela unidade solicitante, para atender as demandas por períodos que serão definidos levando em consideração, a necessidade, a otimização de recursos, espaço e tempo de ressuprimento viável para uma melhor gestão do estoque. Podendo ser a quantidade total de itens divididas em diferentes empenhos ao longo da vigência do contrato ou até mesmo a não utilização do quantitativo total.

4.20 - A Unidade Orçamentária irá efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos (**alínea “g” do inciso XXIII do artigo 6 da lei 14.133/2021**).

4.21 – Poderá haver mais de um fornecedor para um mesmo item, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação - **inciso VII do artigo 82 da lei 14.133/2021**.

4.22 Considerando as delimitações de proporcionalidade, cumpre-nos asseverar que as ações para aquisição de medicamentos na SMS/RJ priorizam, acima de quaisquer outros aspectos, a ostensiva e sistemática adoção de medidas preventivas destinadas a evitar o desabastecimento de medicamentos nas diversas unidades de saúde do Município, desta forma entende-se ser razoável a possibilidade de o licitante oferecer na sua proposta um quantitativo menor (mínimo) ao total previsto no Termo de Referência, desde que não seja inferior a 50% - **inciso IV do artigo 82 da lei 14.133/2021**.

4.23 – Para o **inciso II do artigo 82 da lei 14.133/2021**, a quantidade mínima a ser cotada e aceita, deverá ser 50% do total estimado para 12 meses. A quantidade máxima a ser adquirida durante a vigência da Ata será o quantitativo total estimado, conforme planilha no item 1.2 - **inciso I do artigo 82 da lei 14.133/2021**.

4.24 – É recomendável que as empresas participantes dos processos de aquisição de medicamentos na SMS/RJ, tenham ações voltadas à promoção da sustentabilidade por meio de suas operações, sejam elas de logística e/ou de produção. O “ciclo de vida” do objeto (medicamento) compõe todas as etapas da cadeia de produção até o descarte final do produto. A análise do ciclo de vida considera o impacto ambiental do produto em todos os seus estágios - **inciso VIII do artigo 18 da lei 14.133/2021**.

4.25 – Caso empresas distintas apresentem, para o mesmo item (medicamento) propostas idênticas, será utilizado como critério de desempate, a empresa que apresentar certificado de ações sustentáveis, que é um identificador para ações inovadoras capazes de gerar, impacto positivo em toda cadeia do meio ambiente - **inciso VIII do artigo 18 da lei 14.133/2021**.

As empresas do ramo farmacêutico que possuem “Ações de Sustentabilidade”, são empresas que minimizam o impacto ambiental com fluxos estabelecidos, documentos e certificados comprovados.

A sustentabilidade não está relacionada apenas ao meio ambiente, mas também deve ser implementada [em muitos outros aspectos](#) (ambiental, econômica e social), desta forma será considerada “ações sustentáveis”: empresas que destinam reserva de vagas para cargos para pessoa com deficiência, pessoa reabilitada ou jovem aprendiz; reciclagem de seus materiais para sua produção; descarte correto de resíduos perigosos; logística reversa para coletar medicamentos vencidos em farmácias; implementação de sistemas de reutilização de água, descarte correto do lixo eletrônico, redução do consumo de descartáveis, entre outros.

4.26– Para aquisição de medicamentos os requisitos de habilitação técnica devem ser os necessários para comprovar o atendimento ao disposto na legislação sanitária para a comercialização de medicamentos no território nacional - Lei Federal nº 6.360/197640 e normativas correlatas.

Considerando a natureza do objeto (medicamento) não há de se falar em parcelas de maior relevância, pois não há elementos que diferencie nem individualize o objeto, evidenciando ponto mais crítico, técnica mais complexa ou risco mais elevado para execução. As exigências de qualificação técnica e sanitárias contidas nos itens 8 a 9 do presente TR estão balizadas no manual do - TCU para aquisição de medicamentos: “Orientações para aquisições públicas de medicamentos” de 2018 - e são suficientes e adequadas para avaliação da contratação do objeto que se deseja adquirir, desta forma não se configura a necessidade de indicação de parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, não cabendo para o que se deseja licitar - **inciso IX do artigo 82 da lei 14.133/2021**.

4.27 - Tendo em vista se tratar de aquisição em nível municipal, sem larga escala geográfica e por se tratar de uma contratação por item, não se deve aplicar mensuração por variação do lote. Informamos que Independente da forma, local de acondicionamento (tipo de

embalagem) e local de entrega do produto ofertado, não deverá haver tratamento diferenciado de preço no processo licitatório, desde que atenda ao descritivo e exigências técnicas e sanitárias, **inciso III do artigo 82 da lei 14.133/2021**.

6.28 – A SMS/RJ (Unidade Orçamentária) irá efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos - **alínea “g” do inciso XXIII do artigo 6 da lei 14.133/2021**.

4.29 - Caso o material entregue apresente suspeita de irregularidade, a Contratada deverá arcar com os custos da análise em laboratórios da REBLAS (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde).

4.30 – É imprescindível que a empresa que detém a homologação do item do registro de preço, informe a secretaria caso ocorra alguma interdição cautelar do produto ofertado.

5- DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

5.1 - Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

5.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120, da Lei nº 14.133/2021.

5.3 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 - São obrigações da Contratante:

6.1.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

6.2 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7– OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, lote e prazo de validade;

7.1.2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 05 dias úteis, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5 - Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na aquisição.

8 - DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

8.1 - PARA O PROTETOR SOLAR

8.1.1 - Deve ser apresentada a fotocópia legível da publicação do Diário Oficial da União (DOU), do Registro da apresentação do produto ofertado, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, conforme exigido na **RESOLUÇÃO DA DIRETORIA - RDC Nº 752, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022**.

8.1.2 - O produto ofertado deverá seguir as exigências da **RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 629, DE 10 DE MARÇO DE 2022** (Publicada no DOU nº 51, de 16 de março de 2022) que Dispõe sobre Protetores Solares e Produtos Multifuncionais em cosméticos e internaliza a Resolução GMC MERCOSUL nº 08/2011.

8.1.3 – O produto ofertado deverá seguir as exigências da **RESOLUÇÃO DA DIRETORIA - RDC Nº 752, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022**, para embalagem, rotulagem e parâmetros para controle microbiológico, bem como os requisitos técnicos.

8.1.4 - As empresas deverão anexar **catálogos dos produtos ofertados**.

8.2 – PARA O REPELENTE

8.2.1 - Deve ser apresentada a fotocópia legível da publicação do **Diário Oficial da União (DOU)**, do **Registro** da apresentação do produto ofertado, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

8.2.2 - O produto ofertado deve seguir os requisitos técnicos da **RESOLUÇÃO - RDC Nº 19, DE 10 DE ABRIL DE 2013**.

8.2.3 - As empresas deverão anexar **catálogos dos produtos ofertados**.

9- DOCUMENTOS SANITÁRIOS DAS EMPRESAS PRODUTORAS E/OU DISTRIBUIDORAS:

Os licitantes deverão também encartar no processo, os documentos sanitários abaixo, compatíveis com o objeto a ser licitado.

9.1 - **Autorização de Funcionamento** da empresa, emitida pela ANVISA/MS, conforme art. 1º e 2º da Lei Federal nº 6.360/76 e art. 2º e 3º, do Decreto nº 8.077/2013.

9.2 - **Licença de Funcionamento**, conferida pelo Órgão Sanitário da respectiva Unidade da Federação, conforme art. 1º e 2º, da Lei Federal 6.360/76 e art. 2º e 3º, do Decreto nº 8.077/2013.

9.3 - Em se tratando de empresas distribuidoras ou que exerçam quaisquer das atividades descritas nos **Artigos 21, da Lei 5991/73** e 14, do **Decreto 74170/74**, será necessária a apresentação da Licença de funcionamento conferida pelo Órgão Sanitário da respectiva unidade da federação.

9.4 - Prova de registro do responsável técnico no **Conselho Regional de Farmácia (CRF)**, ou outro que guarde a compatibilidade com o objeto a ser adquirido.

10 - PROPOSTAS E CARACTERÍSTICAS DOS PRODUTOS E APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS

10.1 - A proposta de preços deverá incluir, em cada item, de forma clara e inequívoca, o DESCRITIVO conforme determina a resolução Brasileira, a apresentação e a forma farmacêutica, o fabricante, a embalagem com o quantitativo do produto ofertado, o número do registro expedido pela ANVISA/MS.

10.1.1 – Características do produto **Protetor Solar**: apresentação em creme com consistência adequada ao seu uso e ser isento de odor ou levemente odorífero. O produto deverá conter na sua composição básica, somente os filtros de ultravioleta nas concentrações permitidas, conforme estabelecido na Resolução ANVISA RDC 69, de 23 de março de 2016. O produto deve ser de amplo espectro, protegendo os usuários contra os raios UVA e UVB, e apresentar fator de produção solar igual ou maior que 30. O produto deverá ser hipoalérgico, não deverá causar irritação dérmica e não deverá sair facilmente na água (água-resistente). O produto deverá apresentar contagem de microrganismos mesófilos aeróbios totais inferior a 5x10³UFC/mL e ausência de *Pseudomonas aeruginosa*, *Staphylococcus aureus*, coliformes totais e *Escherichia coli* em 1mL do produto. O produto deverá ser fornecido em forma de pronto uso, em formulação cremosa, com conteúdo de 5 ml e em embalagens individuais do tipo sachê, de forma a preservar as características físicas e microbiológicas do produto. Os sachês (embalagem primária) devem apresentar um local indicado para sua abertura (picote) de modo a facilitar o seu uso manual e evitar a perda do produto.

10.1.2 Características do produto **Repelente**: REPELENTE DE MOSQUITO, USO HUMANO - REPELENTE CONTRA MOSQUITO: CARBOMERO, TRIETANOLAMINA, PROPILENO GLICO, ETIL BUTIL-ACETYL-AMINOPROPIONAT (Ethylbutylacetylaminopropionate - EBAAP ou IR3535) DIAZOLIDINIL UREIA, AGUA. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM NO MINIMO 120G. GEL / LOÇÃO.

Repelente Loção ou Gel dermatologicamente e oftalmologicamente testada, hipoalergênica, com boa espalhabilidade, toque não gorduroso com amplo espectro de ação, com poder de proteção de no mínimo 4 horas contra insetos (Culex quinquefasciatus, Aedes aegypti e Anopheles sp), formulação do produto não pode possuir ingredientes perigosos à pele, aos olhos e à saúde, ativo inodoro, e registrado na ANVISA, acondicionado em frasco com no mínimo 120 mL, não conter fragrância nem corante.

10.2 - As amostras serão analisadas também pelos técnicos da Área demandante, considerando as especificações do presente processo no que tange a qualidade e especificação do produto ofertado.

10.3 - Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

10.4 - Concomitante à apresentação da(s) amostra(s), o(s) licitante(s) provisoriamente vencedor(es) deverá(ão) enviar ao pregoeiro, juntamente com a proposta comercial, o Prospecto Técnico e/ou Catálogo Ilustrativo do Produto, em língua portuguesa, contendo todas as especificações técnicas do item ofertado, para análise e conferência da área técnica, em conformidade com as especificações exigidas pelo instrumento convocatório.

10.5 - As amostras deverão ser apresentadas pelos licitantes deverão ser de lote comercial, não sendo aceitos produtos produzidos com o único fim de serem apresentados como amostras. A equipe técnica realizará avaliação das amostras para análise e verificação do atendimento pleno das especificações técnicas, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

10.6 - Para realização da avaliação técnica, para cada item, os licitantes deverão fornecer no mínimo 03 (três) unidades de amostra.

10.7 - As amostras deverão ser apresentadas em embalagens comerciais, originais e acondicionadas em materiais que garantam a sua integridade, protegendo-as de avarias de quaisquer naturezas.

10.8 - As amostras deverão estar em embalagens contendo identificação do item ao qual correspondem, indicando na parte externa:

a) Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

b) Nome da empresa

c) Licitação n.º _____ / 202__

d) Item n.º _____

e) Lote Comercial n.º _____

10.9 - A ausência das identificações mínimas relacionadas à amostra na forma indicada do item anterior poderá ensejar a desclassificação do interessado.

10.10 - Cabe a administração solicitar ao licitante classificado em primeiro lugar a apresentação de amostra física do item ofertado, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da notificação formal, prorrogáveis, automaticamente, por igual período, desde que o licitante comprove, tempestivamente, o envio da amostra, através do chat do certame dentro do prazo de 3 (três) dias iniciais.

10.11 - Todas as amostras deverão ser entregues na Gerência de Licitações, no Centro Administrativo São Sebastião, na Av. Afonso Cavalcanti n.º 455, 8º andar, sala 814, Cidade Nova, Rio de Janeiro, CEP 20211-111, dentro de 72 h, depois de declarada a empresa detentora do menor preço.

10.12- No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

10.13 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.14 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

10.15 - As amostras colocadas à disposição da Administração poderão ser manuseadas e desmontadas pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

10.16 - Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

10.17 - Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

10.18 - Caso haja reprovação do produto apresentado como amostra pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar (menor preço), o licitante provisoriamente classificado em segundo lugar será oportunamente convocado para apresentação de amostra do produto ofertado, no prazo estabelecido pelo pregoeiro, e assim sucessivamente, até que seja selecionado produto com amostra aprovada.

10.19 - Caso haja reprovação de amostra de produto de determinada marca e modelo apresentada pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar (menor preço) ou subsequente, com sua consequente desclassificação, de forma devidamente atestada e justificada nos autos, os demais licitantes que ofertarem produtos da mesma marca e modelo, para o mesmo item, também serão desclassificados.

10.20 - Poderão ser agregados à análise, para efeito de orientação técnica, classificação ou desclassificação, indicadores da experiência anterior no uso do produto pela SMS/RJ, bem como informações junto a outros órgãos públicos ou privados que já tenham usado o material.

11 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Os trabalhos de levantamento qualitativo de mercado (que resultaram na definição das especificações e descritivos) ocorreram com a prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, e foram consideradas entre outras opções as contratações similares feitas por outros órgãos e entidades. O orçamento detalhado da estimativa de preços unitários, fundamentado em pesquisa de mercado, veio acompanhado da memória de cálculo.

Informamos que os parâmetros pesquisados pela SUBG (setor com capacidade técnica e expertise da secretaria que trata o assunto) contemplaram de forma ampla, pesquisas e consultas com empresas que desempenham atividades pertinentes e compatíveis com o objeto que se deseja adquirir, e ainda consultas as ferramentas disponibilizadas pelo governo federal com dados e informações de compras públicas homologadas no Sistema do Governo, com especificações integradas que visa à padronização de produtos e serviços adquiridos pelos entes federativos como por exemplo: Painel de Preços do ministério da economia , Banco de Preços e Sistema de Informações Gerenciais – SIG, BPS e internet.

A SUBG submeteu o processo à Gerência de Assistência Farmacêutica (GAF) da SMS/RJ, que fez a análise e crítica do mapa de preços com os dados pesquisados.

12- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Planejamento consta previsto na Lei nº 9.276 de 13 de janeiro de 2026, que estima a receita e fixa a despesa do Município do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2026 (Lei Orçamentária Anual- LOA); na Lei nº 9.275, 13 de janeiro de 2026, que institui o Plano Plurianual (PPA) do Município do Rio de Janeiro para o Quadriênio 2026/2029 e na Lei nº 8.994 de 17 de julho de 2025, que trata das Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026.

SUBPAV/SVS/CVSA

| Programa de Trabalho | Natureza de Despesa | Fonte de Recursos |
|-----------------------|---------------------|-------------------|
| 1801.10.305.0308.2970 | 339030 | 1600182 |

13- REGIME DE PRESTAÇÃO E EXECUÇÃO

Por se tratar de aquisição com entrega imediata e integral, dos quais não resultando obrigações futuras, inclusive assistência técnica, será dispensável o contrato formal conforme previsto no art. 95 da Lei 14.133/2021, que será substituído pela Nota de Empenho e respectiva Autorização de Fornecimento. Esclarecemos que a aquisição dos produtos não demanda exigências de assistência técnica ou demais providências de manutenção, bastando haver espaço controlado para seu acondicionamento, câmaras frias (quando necessário) para termolábeis, equipamentos específicos para o trabalho de almoxarife, e a presença de profissionais farmacêuticos para sua correta gestão.

14 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1- A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a as penalidades previstas no subitem 14.2.

14.2 - Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Secretaria Municipal de Saúde poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/2021 e no art. 589 do RGCAF:

- (a) **Advertência;**
- (b) **Multa** de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato;
- (c) **Multa** de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;
- (d) **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (e) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

14.3 - A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” observará os seguintes parâmetros:

14.3.1 - 0,5% (cinco décimos por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

14.3.2 - 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

14.3.3 - 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e

14.3.4- 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

14.4 - As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

14.5 - As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

14.6- As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do subitem 14.2 poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do contrato.

14.7- As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do subitem 14.2, não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

14.8- As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

14.9- Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

14.10- A aplicação das sanções previstas no item 14.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.11- A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

15 – PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAIS (PCA):

A homologação e posterior aquisição dos itens do presente processo, guarda alinhamento ao planejamento da SMS/RJ que é responsável por executar a política municipal de saúde e, como gestora plena do Sistema Único de Saúde (SUS) na cidade, garantir o atendimento universal da população, conforme os preceitos do SUS. É a SMS que, diante do conhecimento das características e demandas próprias da população carioca, organiza as prioridades da saúde pública da cidade, dentro do que é previsto nas políticas públicas e serviços ofertados pelo SUS.

O planejamento desta contratação está previsto na Lei nº 7.234, de 12 de janeiro de 2022, que trata do Plano Plurianual da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para o quadriênio 2022/2025 e na Lei nº 8.797, de 13 de janeiro de 2025, que trata da Lei Orçamentária Anual desta Prefeitura para o exercício financeiro de 2025.

Cumprir que o TR do presente processo tem o intuito de que seja gerado o melhor resultado da contratação para a secretaria, tendo em vista os vários tópicos (4.1 a 4.30) que prezam por parâmetros de adequação técnica, eficiência e de sustentabilidade, tendo em vista o intuito de se adquirir o produto correto, nas condições estabelecidas pela SMS/RJ e ainda a preocupação de evitar perdas e prejuízos com vencimentos e/ou imprestabilidades.

Ratifica-se que no TR do presente processo existe todo direcionamento para que sejam observados os princípios da eficiência e da economicidade, sempre atentado para todo o **ciclo de vida do objeto** a ser adquirido, incluindo seus custos indiretos e fatores vinculados. A contratação em questão que será realizada através de dispositivo licitatório na modalidade sob a sistemática de Registro de Preços, empregando o critério de julgamento de “Menor Preço por item” e modo de disputa “Aberto e Fechado.

O método de aquisição por registro de preços justifica-se pela necessidade de contratações frequentes, bem como compras habituais, quando não for possível definir previamente a quantidade exata da demanda e quando a estocagem dos produtos por longos períodos não for recomendável, quer pelo caráter perecível quer pela dificuldade no armazenamento.

A limitação de espaço físico e a disponibilidade orçamentária a cada pedido são um viés, mas a possibilidade de aquisição de quantitativos parcelados durante o período de vigência, quando for conveniente, dever ser usada estrategicamente pela unidade requisitante (SMS/RJ) ficando sempre atenta ao “ciclo de vida” do objeto, que são todas as etapas da cadeia de produção até o descarte final do produto. A análise do ciclo de vida deve também considerar o impacto ambiental dos produtos em todos os seus estágios, **inciso VIII do artigo 18 da lei 14.133/2021**.

A SMS/RJ prezando pelo incentivo da sustentabilidade nos processos de aquisição, inseriu no TR tópicos que priorizam empresas do ramo farmacêutico que possuem “Ações de Sustentabilidade”. Essas empresas precisam apresentar algum certificado e/ou fluxo que minimizam o impacto ambiental como: descarte correto de resíduos perigosos, logística reversa para coletar medicamentos vencidos em farmácias, implementação de sistemas de reutilização de água, descarte correto do lixo eletrônico, redução do consumo de descartáveis, etc...

Conforme destacado no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, os produtos a serem adquiridos e utilizados estão enquadrados na classificação de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos em instrumento convocatório por meio de especificações usuais no mercado, conforme o art. 6º, XIII, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e o art. 2º, II, do Decreto Rio nº 51.078, de 04 de julho de 2022. Por definição legal, a aquisição de bens e serviços comuns forçosamente se executará na modalidade de licitação por pregão, cujo critério de julgamento, no caso específico, será o de menor preço tendo-se em vista a ausência de fixação pelo montante-base de preço global parametrizado para a oferta dos descontos, ou da inexistência de tabela de preços referenciais praticados no mercado.

16 – ÓRGÃOS PARTICIPANTES

SUBPAV / COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL

17 – LOCAIS DE ENTREGA

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL e-mail: cvsa.smsriogmail.com tel: (21) 2589-4019 | RUA ROQUE BARBOSA, S/N – JARDIM BANGU – VILA OLÍMPICA – POLO CALÇADISTA CEP: 21863-425 |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2026.

GIOVANI WISSOCOSKI FARIZELLI

GERENTE

Matricula: 11/236.257-2

S/IVISA-RIO/CTATS/GAF



Documento assinado eletronicamente por **GIOVANI WISSOCOSKI FARIZELLI, Assistente II**, em 20/04/2026, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 26 do [Decreto Rio nº 57.250, de 19 de novembro de 2025](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://prefeitura.sei.rio/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0&cv=3452396&crc=95E86DDD, informando o código verificador **3452396** e o código CRC **95E86DDD**.